



Câmara Municipal de Andradas

MINAS GERAIS



PROCURADORIA JURÍDICA DA CÂMARA MUNICIPAL

Parecer n.º 23/2022

Processo n.º 719/2022

Projeto de Lei Complementar. Altera legislação a fim de criar vagas de Fisioterapeuta. Considerações.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Senhores Vereadores,

Cumpre-nos, mediante a análise jurídica, manifestarmo-nos, em caráter opinativo, acerca da juridicidade do Projeto de Lei Complementar, pelo Executivo, n.º 9, de 1.º de julho de 2022, que tem por objeto alterar a Lei Complementar n.º 95/2006 a fim de criar vagas para o cargo de Fisioterapeuta, encaminhada pela Chefe daquele Poder a esta Casa.

Inicialmente, constata-se que com relação à técnica legislativa e redacional, o mesmo se enquadrou nos preceitos traçados pelo artigo 122 do Regimento Interno da Câmara Municipal, estando perfeito neste ponto, redigido de forma clara, objetiva e precisa.

Encontra-se adequado, no ponto ao que se refere à necessidade de apresentação de justificativa, consoante dispõe o art. 124 do Regimento Interno da Casa.

Quanto à iniciativa da proposição e à modalidade legislativa eleita, igualmente, o projeto está em consonância com as normas de regência procedimental, uma vez que por disposição da Lei Orgânica, a matéria é regulamentável por Lei Complementar, e a competência para iniciativa da proposta é exclusiva da Chefe do Executivo Municipal, uma vez que trata da organização administrativa do Município



Câmara Municipal de Andradas

MINAS GERAIS



(LOM, artigos 44, parágrafo único, inciso V; e 45, incisos I e II). Vejamos:

Lei Orgânica Municipal

“Art. 44. (...)”

Parágrafo único Serão leis complementares, dentre outras previstas nessa Lei Orgânica:

(...)

VII – lei de criação de cargos, funções e empregos públicos. (...)”

Art. 45. São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:

I – criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na Administração Direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;
(...)”

Ou seja, ao dispor sobre o modelo de gestão e a estrutura daquele Poder, tem-se, por imperativo da Lei Orgânica, que a iniciativa é *exclusiva* da Chefe do Poder Executivo, estando, portanto, apto a tramitar consoante o rito regimental.

Vale lembrar, que, para fins de aprovação, nos termos do art. 172 do Regimento Interno, aplica-se o quórum da maioria absoluta dos votos dos Vereadores, em dois turnos de discussão e votação.

Com relação à obrigatoriedade de apresentação de Estudo de Impacto Orçamentário para o exercício atual e os dois subsequentes, a rigor do que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal, verifica-se que tal requisito também restou cumprido (fls. 15/16).

Assim, por tudo que foi acima exposto, esta Procuradoria opina, s.m.j., de maneira **favorável** ao trâmite do Projeto, uma vez que não se verificou, sob o ponto de vista jurídico, qualquer falha que pudesse interromper o prosseguimento de seu rito, estando, portanto, apto a percorrer as comissões permanentes competentes para analisá-lo, e ser levado a plenário para discussão e votação.



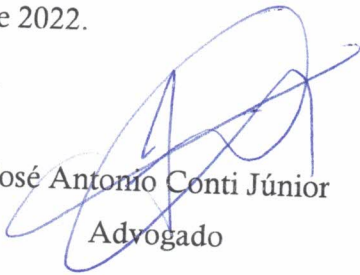
Câmara Municipal de Andradas

MINAS GERAIS



Respeitando entendimentos contrários, é o parecer.

Andradas, 7 de julho de 2022.


José Antonio Conti Júnior
Advogado

Diego Nunes
Procurador Jurídico Legislativo